

# AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INFÂNCIA NA ARGENTINA – o caso da cidade de Buenos Aires a partir dos anos 1990

Angela Mara de Barros Lara  
UEM/PPE/DFE

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é apresentar os condicionantes e as perspectivas da conjuntura social argentina da década de 1990, proposta esta que parte da análise global da América Latina no período. A relação entre o global e o local se faz necessária, pois foi escolhida a cidade de Buenos Aires para se tratar da Educação Inicial<sup>1</sup>. Não foi possível, no tempo limitado desta pesquisa, tratar da Argentina como um todo, com todas as suas províncias, bem como suas especificidades.

Deve-se deixar claro que a política de transferência dos serviços nacionais da Educação no referido país se deu a partir dos anos de 1961-1962 e das Leis nº.15021 e nº.15796 que foram responsáveis pelo convencimento dos governos provinciais, pelo governo nacional, em aceitar tais tipos de serviços, segundo Simon e Merodo (1997). A escolha do município de Buenos Aires para se discutir a Educação Inicial foi necessária, pois ele passou a ter uma gestão própria a partir deste momento da História.

Os condicionantes a serem tratados neste texto basear-se-ão no governo de Carlos Saul Menem e Eduardo Duhalde<sup>2</sup>, nas políticas das agências multilaterais de financiamentos para este país, bem como o período mencionado, que trata da fase de reestruturação do capitalismo imperialista e monopolista.

A proposição deste texto foi apreciar os avanços para a compreensão da América Latina, contexto em que se insere a Argentina, objeto deste estudo. As desigualdades desta região são compreendidas como a possibilidade de um Estado propositor de novos

---

<sup>1</sup> A Educação Inicial na Argentina se insere no nível pré-primário e, reservadas as especificidades, se aproxima do contexto da Educação Infantil brasileira.

<sup>2</sup> Carlos Saúl Menem e Eduardo Duhalde: A partir de 1989, a Argentina inicia uma violenta reconfiguração de seu plano político no sentido neoliberal, com Carlos Saúl Menem e Eduardo Duhalde, eleitos com 49,18% dos votos, segundo Azevedo e Catani (2004, p.252). Ambos governaram a Argentina em dois mandatos consecutivos, sendo que o primeiro foi de 1989-1995 e o segundo, de 1995-1999, dando condições concretas para as reformas neoliberais do Estado e para a implementação de “uma política econômica ultraliberal, afetando todos os setores do Estado e mudando radicalmente a relação entre sociedade, Estado e mercado”, como indica Azevedo (2001, p.2).

argumentos que rompem com os pressupostos alienantes do mercado que têm regido as políticas públicas nos países latinos.

A pesquisa buscou, na discussão do Consenso de Washington, a investida das propostas neoliberais que iam além das privatizações e, conseqüentemente, sugeriam o encolhimento dos países em desenvolvimento na América Latina. A questão do global e do local é premente para a compreensão da ação das organizações internacionais nessa região.

O Estado e o governo do país em questão foram estudados a fim de se perceber quais os papéis que lhes couberam na viabilização das políticas públicas. A sociedade capitalista passava por uma crise nas décadas de 1970 e 1980, tendo em vista os desequilíbrios que se geraram no seu processo de acumulação e um Estado interventor seria uma ameaça aos interesses das liberdades individuais. Este, ao se (des)responsabilizar de seus “compromissos”, transferiu-os à sociedade civil e com isso garantiu a livre escolha, ou seja, a liberdade individual e do livre mercado, sem o emprego necessário da sua colaboração.

As políticas públicas, dentre elas a Educação, foram entendidas como de responsabilidade do Estado no que se refere à implementação e à manutenção, podendo ser consideradas como o “Estado em ação”. As políticas sociais eram baseadas nas ações que definiam a forma da proteção social viabilizada por este. Assim, é fundamental entender-se a diferença dessas políticas para se apreender as necessidades mais específicas da Educação Inicial na Argentina.

A política pública da Educação Inicial, na cidade de Buenos Aires, Argentina, foi proposta para se entender como as políticas públicas da Educação, subsidiadas pelas agências multilaterais de financiamento, passaram a sugerir um retorno ou uma continuidade da proposta de Educação compensatória para a Educação Infantil nos países periféricos, como, no caso, a Argentina.

Foi necessário estudar os documentos referentes à Lei Federal de Educação (1993) e o Diseño Curricular para a Educação Inicial da Cidade de Buenos Aires (2000) para fundamentar, nesta pesquisa, a perspectiva de análise que se buscou na relação entre o global e o local; na economia de mercado; nas propostas de reforma de Estado, de descentralização, da focalização da pobreza, bem como na forma como estas questões interferiram e interferem na Educação Inicial e na Educação Infantil.

- **Condicionantes e perspectivas da conjuntura argentina na década de 1990**

A Argentina, como os outros países da América Latina, possui caráter de colônia do imperialismo<sup>3</sup>. Esta forma de organização e reorganização nos diferentes períodos da História foi designada de “capital em processo” ou “contradição do capital”. Mazzuchelli (1985) compreende as crises e as tendências gerais do capitalismo, enfatiza que estas contradições são imanentes da sociedade capitalista e as crises externam as mesmas, possibilitando ao capital trazer um novo ciclo de reorganizações. Assim, o capital para viver precisa destruir um pouco, ou seja, o que ele mesmo criou, pois “[...] o verdadeiro limite da produção capitalista é o próprio capital” (AUTOR, ano, p.???)

A transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, segundo Paulo Netto (2006, p.20), apresenta que “[...] a constituição da organização monopólica obedeceu à urgência de mobilizar um objetivo primário: o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados”. Para este autor, a finalidade central das organizações monopólicas na economia capitalista é favorecer que

a) os preços das mercadorias e serviços produzidos pelos monopólios tendam a crescer progressivamente; b) as taxas de lucro tendam a ser mais altas nos setores monopolizados; c) a taxa de acumulação se eleve, acentuando a tendência descendente da taxa média de lucro (MANDEL, 1969, 99-103) e a tendência ao subconsumo; d) o investimento se concentre nos setores de maior concorrência, uma vez que a inversão nos monopolizados torna-se progressivamente mais difícil; e) cresça a tendência a economizar trabalho vivo, com a introdução de novas tecnologias; f) os custos de venda subam, com um sistema de distribuição e apoio hipertrofiado – o que por outra parte, diminui os lucros adicionais dos monopólios e aumenta o contingente de consumidores improdutivos (contrarrestando, pois a tendência ao subconsumo) (NETTO, 2006, p.20-21).

A fase imperialista<sup>4</sup> do capital expressa um momento histórico de guerra para a “[...] partilha do mundo, pela distribuição e redistribuição das colônias, das zonas de

---

<sup>3</sup> Sobre o estágio imperialista do capitalismo, no começo do século XX, Lênin escreveu sua obra em 1916, utilizando-se da obra de J. A. Hobson. A obra de Lênin mostra que a primeira guerra imperialista mundial (1914-1818) foi uma guerra pela “partilha do mundo” (LÊNIN, 1987, p.10).

<sup>4</sup> Lênin (1987, p.87-88), ao definir o imperialismo, ressalta que “ele é a fase monopolista do capitalismo. Esta definição englobaria o essencial, porque por um lado o capital financeiro é o resultado da fusão do capital de alguns grandes bancos monopolistas com o capital de grupos monopolistas industriais; e, por outro lado, porque a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por qualquer potência capitalista, para a política colonial da posse monopolizada de territórios de um globo inteiramente partilhado”.

influência do capital financeiro” (LÊNIN, 1985, p.10). Neste sentido, o excedente de capital determina a impossibilidade de se investir na sua produção, tornando-se necessário exportar capitais, ou seja, encontrar outras áreas onde se pudessem investir os capitais excedentes e outros mercados consumidores.

“[...] o imperialismo era condição dos monopólios que, por sua vez, eram as condições para a existência do capital financeiro. Mas este era em si mesmo a força motriz do imperialismo e uma das características que o definiam”, explica Bottomore (2001, p.48), o que significa que a criação dos monopólios está subjacente ao capital financeiro.

A regulação econômica pelo mercado internacional é uma das características do capitalismo financeiro do século XX. Quando o capital se reorganiza, desenvolve um mercado cada vez mais internacional, sem fronteiras. A dominação sobre os continentes do mundo e sobre o mercado internacional se consolidou à medida em que a fase monopolista do capital se estruturou. Mas o próprio capital sofreu e sofre com as suas contradições, refletidas, por exemplo, nas crises de 1929, podendo estas, ainda, ser percebidas como estruturais e, após a Segunda Guerra Mundial (pós-1945), na necessidade de um Estado intervencionista na própria América Latina, forte e controlador das tensões sociais. Vale ainda, aqui, citar, nos anos de 1970, a crise da superprodução mundial que apresentou sintomas claros de uma nova configuração e dinâmica de produção e de acumulação do capital, denominada por Chesnais (1996) de mundialização<sup>5</sup> do capital.

A mundialização, no sentido que aqui se explicita, manifesta-se sob o movimento forte e progressivo da concentração e da centralização do capital<sup>6</sup>. Nesta especificidade, o regime de acumulação mundializado é a força e o papel que o capital financeiro exerce. A partir da década de 1990, as instituições financeiras tomaram um sentido qualitativo diferente. Nesta fase, as diversas formas de capital, exacerbadas pelo

---

<sup>5</sup> O termo mundialização do capital é utilizado por Chesnais para indicar uma nova fase do capitalismo mundial organizado sob bases financeiras, por meio da liberdade do mercado. Para saber mais, recomenda-se: CHESNAIS, F. Mundialização: o capital financeiro no comando. São Paulo: Xamã, 1996.

<sup>6</sup> Concentração e centralização são movimentos intrínsecos à dinâmica do funcionamento do sistema capitalista, derivados da acumulação privada de capitais nas mãos dos capitalistas por um lado, bem como pela crescente concentração da propriedade do capital social de outro, já que a concorrência e o sistema de crédito permitem destruir os capitalistas mais fracos, dando origem aos monopólios (BOTTOMORE, 2001).

capital financeiro, interferiram em quase todos os setores da economia e eram controladas pelas instituições financeiras.

O conjunto de transformações na esfera produtiva confere ao capital “[...] a flexibilidade necessária para que aproveite as oportunidades de acumulação onde quer que elas se encontrem (no setor produtivo, no setor financeiro, nos negócios de Estado)” (PAULANI, 2006, p.81).

A Argentina, assim como toda região, era um país que se encontrava endividado e subserviente às políticas internacionais que reestruturaram a base social nesta fase do capitalismo. Segundo Chesnais et al. (2003, p.15), a crise estrutural, iniciada em 1970 e que se alastrou pelo início dos anos de 1980, manifestou-se pelo “[...] baixo investimento e fraco crescimento, desemprego, inflação, lentidão de progresso técnico, lentidão de progressão de salário, diminuição da rentabilidade do capital [...]”. Cabe ressaltar que este autor salienta que estas mudanças no sistema afetaram os países desenvolvidos e os da periferia, ou seja, em órbita internacional, o que demandava a necessidade de políticas em mesmo nível. A partir deste processo, as instituições financeiras rapidamente ampliaram e monopolizaram sua atuação internacional.

Segundo Silva (2007), para entender a década de 1990, faz-se necessário compreender as décadas de 1970 e 1980, pois as referidas políticas foram constituídas historicamente, no bojo das crises e tentativas de reestruturação do capitalismo, em especial a crise da década de 1970 e a crise da dívida externa deste da Argentina na década de 1980.

Nos anos 1970 e 1980, a dívida externa da Argentina cresceu muito devido às políticas da ditadura militar do General Jorge Rafael Videla<sup>7</sup>, período que se iniciou em 1976 e terminou em 1981, quando o aparelho produtivo local entrou em crise e a especulação nacional e a internacional se ampliaram. A expressão de todo o processo de endividamento se deu nos setores de produção, em especial na precarização das condições de trabalho (COGGIOLA, 1995; ALMANDOZ, 2000; BALVIDARES, s.d. apud SILVA, 2007, p.26).

---

<sup>7</sup> Jorge Rafael Videla é um ex-militar argentino que ocupou *de facto* a presidência de seu país entre 1976 e 1981. Chegou ao poder em um golpe de Estado que derrubou a presidente María Estela Martínez de Perón, exercendo uma cruel ditadura. Seu período esteve marcado por violações aos direitos humanos e por um conflito fronteiriço com o Chile, o que esteve a ponto de tornar-se um conflito armado. Depois da restauração da Democracia, Videla foi julgado e condenado à prisão perpétua e à destituição da patente militar por numerosos crimes cometidos durante seu governo.

Cabe salientar que as relações econômicas, políticas e sociais, estabelecidas no referido período, proporcionaram aos anos de 1990 a constituição de um momento do capitalismo, durante o qual a máxima financeirização da riqueza consubstanciou o envolvimento das agências multilaterais na implementação das políticas públicas e, em especial, nas da Educação.

Ao assumirem a presidência do referido país, Carlos Saúl Menem e Eduardo Duhalde (1989) aplicaram ali as políticas neoliberais nos diferentes âmbitos, tendo como respaldo para a efetivação destas políticas o Consenso de Washington<sup>8</sup>. Tal ação foi baseada nos dez objetivos que sugeriam a necessidade de reformas nos Estados, garantindo seu desenvolvimento e, conseqüentemente, a abertura dos mercados.

O objetivo das políticas neoliberais “[...] é a restauração da renda e do patrimônio das frações superiores das classes dominantes”, segundo Duménil e Lévy (2004, p.19). Estas políticas foram exitosas ao garantir, aos países centrais, rendas provenientes de outras partes do mundo, principalmente dos países periféricos. Em poucos anos, a concentração de patrimônio, nos níveis anteriores à crise, foi restabelecida, a rentabilidade das empresas voltou a crescer e as cotações das bolsas de valores voltaram a subir.

A perspectiva da ação do projeto neoliberal no governo Argentino foi embasada, também, em oito princípios norteadores, como sugerem Azevedo e Catani (2004), essenciais à boa governança para se garantir o ideário ao qual toda a região se submeteu.

[...] 1. equilíbrio das contas públicas; 2. redução de despesas do Estado; 3. não aumento de impostos; 4. diminuição de gastos com empresas públicas e privadas; 5. liberalização e desregulamentação da economia; 6. abertura comercial; 7. eliminação da discriminação do capital estrangeiro; 8. privatização das estatais [...] (AZEVEDO; CATANI, 2004. p.30).

“A partir do início dos anos 80, o Banco Mundial e o FMI formam uma dupla para gerir a crise da dívida e pôr em prática políticas de ajuste” (TOUSSAINT, 2002, p.197). Neste sentido, a renegociação das dívidas tornou as decisões econômicas e políticas dos países periféricos cada vez mais submetida a um programa de exigências e de condições ditadas pelas organizações financeiras internacionais. Ao se

---

<sup>8</sup> Para Azevedo e Catani (2004), as políticas neoliberais da década de 1990 são basicamente sinônimo do Consenso de Washington, salvas as especificidades de cada país a ser implementadas. No Consenso estiveram presentes representantes governamentais norte-americanos e latino-americanos bem como representantes do FMI, Banco Mundial e BID.

transformarem em grandes cobradores de dívidas, estas organizações intervieram diretamente na determinação das políticas econômicas dos países endividados.

Os países não puderam recusar-se a seguir as políticas de ajuste, ditadas pelo FMI, pois, caso o fizessem, teriam sérias dificuldades em renegociar suas dívidas e obter novos empréstimos, levando-os à desestabilização das suas economias em sofrimento, com o bloqueio de créditos de curto prazo, o que evidenciaria o caráter político da ação das agências multilaterais (TOUSSAINT, 2002).

Na implantação do programa de ajuste, o FMI e o BM primam por tarefas diferentes: “[...] o FMI se encarrega das negociações-chave de política estrutural, tomando em consideração a taxa de câmbio e o déficit orçamentário; [...] as reformas em matéria de saúde, educação, indústria, agricultura, transporte, meio ambiente... ficam sob o controle do Banco Mundial” (TOUSSAINT, 2002, p.201). A proposição destas agências foi a obtenção do compromisso dos governos nacionais em adotar um programa de estabilização econômica assim como reformas estruturais, de acordo com as exigências dos credores.

A crise do capitalismo da década de 1970 e a incorporação de dívidas de setores públicos e privados da Argentina ao Estado nacional, na década de 1980, denominados crise da dívida externa, prepararam o terreno para a viabilização das políticas neoliberais de Menem na década de 1990. Com o intuito de se constituir num *bom governo*, este teve pronta aceitação das políticas neoliberais como tentativa de retomada do crescimento e da acumulação, na década de 1990. A Educação argentina foi incidida por estas políticas e expressou transformações profundas durante estas três décadas, explicitadas, por exemplo, pela Educação Inicial, estudada no decorrer desta pesquisa.

- **A Educação Inicial na cidade de Buenos Aires**

A cidade de Buenos Aires, como outras da América Latina, foi incorporada nas políticas neoliberais nos anos de 1990 durante o governo de Menem. Estas políticas se efetivaram na Educação através de Lei Federal estabelecida no ano de 1993. As mudanças que ocorreram neste período, tanto na sociedade, de modo geral, como na Educação Inicial, de modo mais específico, viabilizaram uma leitura muito peculiar do município em questão.

Os setores que mais contribuíram para estas mudanças no campo educacional foram o católico (representado pela Igreja) e o empresarial, tendo em vista a perspectiva da influência do ideário. Cabe ressaltar, ainda, os documentos e suas especificidades bem como os encontros estudados para a compreensão da Educação Inicial na cidade de Buenos Aires: *Diseño Curricular para a Educação Inicial da Cidade de Buenos Aires* e os *Encontros Nacionais da Educação Inicial*.

Segundo Duprat (1996), a Educação Inicial foi incluída na pauta de discussão da Lei Federal de Educação (1993), tendo em vista a reivindicação direta da sociedade civil organizada, das comunidades e dos pais por meio dos sindicatos de docentes de toda a Argentina. É importante salientar que, ao se incluir a idade de cinco anos na legislação educacional, não houve garantia de que este nível educacional fosse concretamente atendido. Mesmo que o Estado tivesse se responsabilizado pelo financiamento, procurou a co-participação da família e da comunidade, se necessário, no atendimento das crianças de quarenta e cinco dias até os quatro anos, não atendidas pelas províncias e pelos municípios.

A particularidade da Educação Inicial na cidade de Buenos Aires foi aprovada a partir das políticas públicas instituídas pela Lei Federal (1993), compreendidas aqui como uma instância que possibilitou a legalização das políticas neoliberais necessárias para se viabilizar o ajuste do Estado argentino na forma do capitalismo em vigor no período estudado.

As políticas públicas pensadas a partir do Consenso de Washington e, dentre elas, as da Educação do governo Menem, na segunda fase de seu governo, no período pós-desenvolvimentista, incorporaram o ideário proposto pelas Agências Multilaterais de Financiamento, dando-lhes caráter normativo. Podemos perceber que tais políticas foram embasadas no Congresso de Educação para Todos, mas é importante salientar que os pressupostos fundamentais incorporados na Educação deste nível educacional encaminharam-se através da Legislação já citada anteriormente. Nos anos de 1990, a ênfase dada à Educação Básica foi baseada nas políticas multilaterais, principalmente para os países em desenvolvimento, como denominados pelas Agências, em especial os integrantes da América Latina.

[...] a educação contava com um aporte financeiro de 3,2, cuja distribuição apontava para 2,4 para a educação básica, 0,6 para a educação superior e universitária e 0,3 para a educação e cultura. Ao final do governo de Menem os gastos em educação foram elevados



para 4,7 sendo que a educação básica teve um acréscimo significativo, passando para 3,4 enquanto a superior e universitária contou com 0,9 e a educação e cultura, com 0,4 (CTERA, 2005, p.107).

A Educação Básica possui uma obrigatoriedade de dez anos e, destes, apenas um ano se aplica à Educação Inicial. Se formos analisar cuidadosamente os dados, podemos perceber que a Educação Básica dividiria seu montante de 3,4 em dez anos e que cada ano de escolaridade ficaria com 0,34. A única idade contemplada pelo governo Menen foi a de cinco anos; na faixa educacional estudada, isto significa que este governo distribuiu assim o financiamento:

[...] a) Educação Inicial , constituída pelo Jardim de Infantes para meninos/as de 3 a 5 anos de idade, sendo obrigatório o último ano. As Províncias e a Municipalidade da Cidade de Buenos Aires estabelecerão, quando seja necessário, serviços de Jardim Maternal para meninos/as menores de 3 anos e prestarão apoio às Instituições e à Comunidade para que estas lhes brindem ajuda a famílias que o requeiram. b) Educação Geral Básica, obrigatória, de 9 anos de duração a partir dos 6 anos de idade, entendida como uma unidade pedagógica integral e organizada em ciclos, segundo o estabelecido no Artigo 15<sup>9</sup> (ARGENTINA, 1993, p.4).

A Lei Federal de Educação da Argentina, no seu artigo 44, no que diz respeito às obrigações dos pais e tutores dos alunos, de forma automática, excluiu a sala dos cinco anos amparada pela própria Lei. No artigo 45 – Os pais ou tutores dos alunos/as têm as seguintes obrigações: a) fazer cumprir a seus filhos/as com a Educação Geral Básica e Obrigatória (Artigo 10) e, no que diz respeito, a Educação Especial (Artigo 27) [...] (ARGENTINA, 1993, p.12)<sup>10</sup>. Ao se referir à Educação Geral Básica e Obrigatória, pode-se perceber tal contradição mesmo tendo-se incluído a Educação Inicial em resposta às reivindicações da sociedade.

A preocupação do presidente Menen, ao incluir a idade de cinco anos representou uma tentativa de amenizar a insatisfação da população e garantir a

---

<sup>9</sup> [...] a) Educación inicial, constituida por el Jardín de Infantes para niños/as de 3 a 5 años de edad, siendo obligatorio el último año. Las Provincias y la Municipalidad de la Ciudad de Buenos Aires establecerán, cuando sea necesario, servicios de Jardín Maternal para niños/as menores de 3 años y prestarán apoyo a las Instituciones de la Comunidad para que estas les brinden ayuda a las familias que lo requieran. b) Educación General Básica, obligatoria, de 9 años de duración a partir de los 6 años de edad, entendida como una unidad pedagógica integral y organizada en ciclos, según lo establecido en el Artículo 15 [...] (ARGENTINA, 1993, p.4).

<sup>10</sup> [...] Artículo 45 - Los padres o tutores de los alumnos/as, tienen las siguientes obligaciones: a) Hacer cumplir a sus hijos/as con la Educación General Básica y Obligatoria (Artículo 10) o con la Educación Especial (Artículo 27) [...] (ARGENTINA, 1993, p. 12).

(des)responsabilidade do Estado, deslocando-a para a família e para a comunidade. Faz-se necessário considerar os apontamentos de Echenique (2003), que caracteriza a Educação Inicial como tem tratado a Educação Especial e de adultos, ou seja, de forma marginalizada do sistema educacional, como um todo.

A Educação Cooperativa e a Privada, vinculadas aos setores do Tradicionalismo Católico e do Grande Empresariado, foram viabilizadas pelo governo Menem com os condicionantes das agências multilaterais. Neste sentido, a Igreja Católica, por deter estabelecimentos de ensino privados no país, integrava, assim, parte do Grande Empresariado. O empresariado, atendendo, no âmbito educacional com fundações e instituições sociais assistenciais, dava aportes não fornecidos por vias estatais.

[...] O Estado Nacional, as Províncias e a Municipalidade da Cidade de Buenos Aires garantirão o acesso à educação em todos os ciclos, níveis e regimes especiais, a toda a população, mediante criação, sustentação, autorização e supervisão dos serviços necessários, com a participação da família, da comunidade, de suas organizações e da iniciativa privada [...] as ações educativas são responsabilidade da família, como agente natural e primário da educação, do Estado Nacional como responsável principal, das Províncias, os Municípios, a Igreja Católica, as demais correntes religiosas oficialmente reconhecidas e as Organizações Sociais [...] (ARGENTINA, 1993, p.1-0)<sup>11</sup>.

É preciso ressaltar que, na unidade política, são constituídas algumas normatizações por meio da Lei Federal de Educação, desde o Título I até os artigos 3 e 4, que apresentam a participação dos diversos setores da sociedade, essencialmente na Educação Inicial, pelo motivo de não haver subsídios estatais estáveis.

Ao entender a família como agente primário da Educação, a Lei Federal de Educação, no seu capítulo II, incluiu a Educação Inicial e legalizou-a com o objetivo de fortalecer o vínculo entre a mesma e a escola. Este nível educacional não é prioridade na Educação Básica, portanto cabe ressaltar que a educação inicial esteve excluída do nível mais amplo da educação. Neste sentido, vale mostrar, na Lei, como esta questão se

---

<sup>11</sup> [...] El Estado Nacional, las Provincias y la Municipalidad de la Ciudad de Buenos Aires, garantizan el acceso a la educación en todos los ciclos, niveles y regímenes especiales, a toda la población, mediante la creación, sostenimiento, autorización y supervisión de los servicios necesarios, con la participación de la familia, la comunidad, sus organizaciones y la iniciativa privada [...] Las acciones educativas son responsabilidad de la familia, como agente natural y primario de la educación, del Estado Nacional como responsable principal, de las Provincias, los Municipios, la Iglesia Católica, las demás confesiones religiosas oficialmente reconocidas y las Organizaciones Sociales [...] (ARGENTINA, 1993, p.1-2).

apresentava: “[...] d) Fortalecer a vinculação entre a Instituição Educativa e a Família [...]” (ARGENTINA, 1993, p.5)<sup>12</sup> e ainda o Título II, capítulo I, [...] “s) A participação da família, da comunidade, das associações docentes legalmente reconhecidas e as organizações sociais. t) O direito dos pais como integrantes da comunidade educativa a associar-se e a participar em organizações de apoio à gestão educativa [...]” (ARGENTINA, 1993, p.4)<sup>13</sup>.

O currículo pedagógico (BUENOS AIRES, 2000) da Educação Inicial, na cidade de Buenos Aires, referendou a Lei Federal, no que dizia respeito à tentativa de “superação” da pobreza, ou seja, prevenir e atender às desigualdades físicas, psíquicas e sociais, as quais tinham sua gênese nos aspectos inerentes ao capitalismo. A legislação acima referida propunha “[...] e) Prevenir e atender as desigualdades físicas, psíquicas e sociais originadas em deficiências de ordem biológica, nutricional, familiar e ambiental mediante programas especiais e ações articuladas com outras Instituições Comunitárias [...]” (ARGENTINA, 1993, p.5)<sup>14</sup>.

Os cinco insumos referentes ao aprendizado das crianças em idade de Educação Inicial, na cidade de Buenos Aires, possuem um currículo que aponta as perspectivas focalizadoras do Banco Mundial “[...] a capacidade de aprender pode incrementar-se mediante programas pré-escolares e escolares de saúde e nutrição para remediar a fome, a má nutrição protéica-calórica e a carência de micronutrientes, as deficiências de iodo e da vista, e as infecções muito difundidas, como as infecções parasitárias e as práticas de saúde e nutrição deficientes [...]”<sup>15</sup> (ECHENIQUE, 2003). Cabe ressaltar que, conforme as proposições da agência multilateral de financiamento, a Educação Inicial na cidade argentina não tratava de questões propriamente educacionais, mas sim, de atenção e de cuidados necessários ao desenvolvimento das crianças na faixa etária estudada.

Faz-se necessário discutir os conteúdos pedagógicos das crianças na idade da Educação Inicial. Estes são constituídos basicamente na assistência às crianças, buscam suprimir as insuficiências que são originadas pela pobreza e não propõem a garantia dos

---

<sup>12</sup> [...] d) Fortalecer la vinculación entre la Institución Educativa y Familia [...] (ARGENTINA, 1993 p.5).

<sup>13</sup> [...] s) La participación de la familia, la comunidad, las asociaciones docentes legalmente reconocidas y las organizaciones sociales. t) El derecho de los padres como integrante de la comunidad educativa a asociarse y a participar en organizaciones de apoyo a la gestión educativa [...] (ARGENTINA, 1993, p.4).

<sup>14</sup> [...] e) Prevenir y atender las desigualdades físicas, psíquicas y sociales originadas en deficiencias de orden biológico, nutricional, familiar y ambiental mediante programas especiales y acciones articuladas con otras Instituciones Comunitarias[...] (ARGENTINA, 1993 p.5).

<sup>15</sup> [...] la capacidad de aprender puede incrementarse mediante programas preescolares e escolares de salud y nutrición para remediar el hambre, la mala nutrición proteica-calorica y la carencia de micronutrientes, las deficiencias del iodo y de la vista, y las afecciones muy difundidas, como las infecciones parasitarias y las practicas de salud y nutrición deficientes [...] (ECHENIQUE, 2003).

conhecimentos socialmente produzidos historicamente. A Educação Inicial fica, então, desvinculada dos aspectos da totalidade social, na qual a reestruturação da educação permanece vinculada a políticas das organizações internacionais, dentre elas, aquelas propostas pelo Banco Mundial, como se pode verificar na Lei (ARGENTINA, 1993):

[...] Artigo 40 - O Estado Nacional, as Províncias e a Municipalidade da Cidade de Buenos Aires se obrigam a: a) Garantir a todos os alunos/as o cumprimento da obrigatoriedade que determina a presente lei, ampliando a oferta de serviços e implementando, com critério solidário, em concordância com os Organismos de Ação Social estatais e privados, Cooperadoras, Cooperativas e outras Associações Intermediárias, programas assistenciais de saúde, alimentação, vestido, material de estudo e transporte para os/as meninos/as e adolescentes dos setores sociais mais desfavorecidos. Em todos os casos os organismos Estatais e Privados integrarão seus esforços, a fim de ganhar a otimização dos recursos, e se adotarão ações específicas para as pessoas que não ingressam ao sistema, para as que o abandonam e para as repetentes. b) Organizar planos assistenciais específicos para os/as meninos/as atendidos/as pela Educação Inicial pertencentes a famílias com necessidades básicas insatisfeitas, em concordância com organismos de ação social estatais e privados [...] <sup>16</sup> (ARGENTINA, 1993, p. 11).

Nos países periféricos da América Latina, dentre eles, a Argentina e, nela, em particular, a cidade de Buenos Aires, a Educação Inicial tem se mantido fiel ao ideário neoliberal nos anos de 1990. A assistência foi percebida como foco das atividades de rotina e nas lúdicas; nas primeiras, são as trocas, as refeições, as consultas médicas, o horário de sono e, nas segundas, como suporte do jogo.

O entendimento desta Educação Assistencialista é percebido como resultado da retirada do Estado como responsável pelos setores sociais, como saúde e alimentação, por exemplo. E é no próprio Diseño que se sugere que “[...] a escola como instituição

---

<sup>16</sup> [...] Artículo 40 - El Estado Nacional, las Provincias y la Municipalidad de la Ciudad de Buenos Aires se obligan a: a) Garantizar a todos los alumnos/as el cumplimiento de la obligatoriedad que determina la presente ley, ampliando la oferta de servicios e implementando, con criterio solidario, en concertación con los Organismos de Acción Social estatales y privados, Cooperadoras, Cooperativas y otras Asociaciones Intermedias, programas asistenciales de salud, alimentación, vestido, material de estudio y transporte para los niños/as y adolescentes de los sectores sociales más desfavorecidos. En todos los casos los organismos Estatales y Privados integrarán sus esfuerzos, a fin de lograr la optimización de los recursos, y se adoptarán acciones específicas para las personas que no ingresan al sistema para las que lo abandonan y para las repetentes. b) Organizar planes asistenciales específicos para los niños/as atendidos por la Educación Inicial pertenecientes a familias con necesidades básicas insatisfechas, en concertación con organismos de acción social estatales y privados [...] (ARGENTINA, 1993, p. 11).

pública é caixa de ressonância de muitas das demandas que não têm resposta em outras instituições da sociedade [...]” (BUENOS AIRES, 2000, p.25)<sup>17</sup>.

A política educacional da década de 1990 está intimamente relacionada às políticas de descentralização educacional da década de 1970. Ressalta-se que todas foram pensadas a partir dos pressupostos do neoliberalismo e da redução do papel do Estado, em especial do Estado Nacional, na sua (des)responsabilização com a Educação, e, em especial, com a Educação Inicial. Neste sentido, cabe ressaltar que é a Lei Federal de Educação (1993) a representante mais fiel desta discussão.

Duas características são fundamentais a serem consideradas nesta discussão sobre a Educação Inicial: a precarização e a feminização do trabalho. A raiz desta discussão está cunhada sobre as novas necessidades emanadas da sociedade neoliberal na Argentina, dentre elas, a necessidade das mães em ocupar o mercado de trabalho, possibilitando a garantia do sustento da família.

A conjuntura de que tratamos condicionou a Educação Inicial atender a crianças em idades menores e por maior tempo, a cada dia, opondo-se à legislação nacional que apenas financiava a idade de cinco anos. Nesse sentido, a cidade de Buenos Aires garantiu, desde a idade de 45 dias até, e inclusive, à idade de cinco anos (BUENOS AIRES, 2000).

Para cumprir este (re)ordenamento social na perspectiva neoliberal “[...] a escola amplia suas funções e assume novas tarefas: a detecção de crianças com carências alimentares sérias, a denúncia de maus tratos infantis, entre outras [...]”<sup>18</sup> (BUENOS AIRES, 2000, p.26; CTERA, 2006), atendendo à demanda de focalização da pobreza, do distanciamento da socialização do conhecimento construído e acumulado ao longo da História. **Citação direta EM dois AUTORES ???**

A cidade de Buenos Aires, ao atender à Educação Inicial, mostrou sua autonomia pelo fato de comprometer-se com as crianças de idade inferior aos cinco anos, comprometimento, inclusive, garantido, também, pelo setor privado. A inclusão das políticas neoliberais proporcionou uma Educação assistencial, o que se constituiu na preocupação do governo em propor a necessidade de transformar esse caráter educacional “[...] para que, sem perder seu caráter assistencial, se reorientem para fins

---

<sup>17</sup> “[...] la escuela como institución pública es caja de resonancia de muchas de las demandas que no tienen respuesta en otras instituciones de la sociedad [...]” (BUENOS AIRES, 2000, p.25).

<sup>18</sup> “[...] la escuela amplia sus funciones y asume nuevas tareas: la detección de niños con carencias alimentarias serias, la denuncia por maltrato infantil, entre otras [...]” (BUENOS AIRES, 2000, p. 26).

educativos, assegurando maior equidade na qualidade dos serviços para os diversos setores [...]” (BUENOS AIRES, 2000, p.28)<sup>19</sup>.

Neste sentido, cabe ressaltar que a focalização educacional foi equitativa, pois a orientação se diferenciou na qualidade do setor público em detrimento do setor privado, o que justificou objetivar fins educativos e não simplesmente meios de assistência, pois as famílias, em condições financeiras melhores e que apostaram a atenção de seus filhos ao sistema privado, fizeram-no devido ao caráter educativo deste.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto foi elaborado a partir da perspectiva da compreensão das políticas públicas e dos aspectos que tratam da Educação Inicial objetivando o entendimento da Educação Pública. Coube-se propor o estudo das políticas públicas na Argentina a fim de se perceber o estabelecimento da compreensão entre o Estado e seu papel, no que se refere ao atendimento pedagógico da Educação na primeira infância.

As unidades discutidas possibilitaram o entendimento desta questão particular, a Educação Inicial na cidade de Buenos Aires, para se entender a questão mais geral, a da América Latina. Importou a descoberta das ações que pudessem preponderar sobre o que é a questão local e o que é global; foi necessário tratar das relações sociais estabelecidas na região bem como as perspectivas das influências estrangeiras no país aqui estudado. Não se pretendeu apenas criticar a sociedade capitalista, mas compreender a forma de se construir direitos a partir da tentativa de eliminar a desigualdade e de propor a redemocratização da estrutura social, procurando entender como o indivíduo pode competir frente a esta nova ordem mundial estabelecida em tempos de globalização.

Na Argentina e, em particular na cidade de Buenos Aires, a questão fundamental tratada foi a característica da descentralização na Educação do referido país. O processo que influenciou a Educação passou pela transformação do Estado, de prestador de serviços em Estado regulador. Esta questão firmou-se nos ajustes das contas fiscais que

---

<sup>19</sup> “[...] para que, sin perder su carácter asistencial, se reorienten hacia fines educativos, asegurando mayor equidade em la calidad de los servicios para los diversos sectores [...]” (BUENOS AIRES, 2000, p.28).

tinham e têm a intencionalidade de impulsionar os modelos de gestão democráticos e participativos.

As questões que foram tratadas na Ley Federal de Educación e Diseño Curricular para la Educación Inicial foram escolhidas, objetivando-se a compreensão deste nível educacional. O que foi importante entender é que elas foram apresentadas pela legislação como compromisso da família e da comunidade, deixando o Estado apenas como órgão regulador, proponente e controlador sem o comprometimento com a garantia da educação das crianças.

Na Argentina, pôde-se perceber que as províncias eram obrigadas a assumir a responsabilidade da prestação dos serviços educacionais em todos os níveis e modalidades, menos na Educação Superior. No que diz respeito à Educação Inicial de forma específica, percebeu-se que o ideário neoliberal foi o determinante nas definições e metas da legislação estudada.

Na Educação Inicial, a família também se constitui como agente primário da educação das crianças. Este nível é considerado prioridade na educação básica, neste sentido a sua ação fica restrita ao atendimento das desigualdades físicas, psíquicas e sociais. Ao assumir as perspectivas focalizadoras do Banco Mundial, os conteúdos pedagógicos procuram superar as debilidades originárias da pobreza, a educação é entendida como assistencialista, e por fim cabe ressaltar as duas características mais fortes que são: a precarização e a feminização do trabalho.

Este texto procurou possibilitar o conhecimento das várias esferas de governo e as suas respectivas funções no que diz respeito à política da Educação. É importante este entendimento, à medida que possibilita a definição dos papéis de cada esfera governamental na gestão pública e a responsabilização do poder público na implementação destas ações.

A proposição deste estudo – a compreensão do cuidar e do educar na Educação Inicial – foi importante, pois avançou além dos discursos nos quais o cuidar foi prioritário enquanto caráter assistencial, para, num momento posterior, ter que competir com o educar, com um caráter pedagógico. Não se pretendeu aqui estimular a relação dicotômica entre eles, nem procurar uma “parceria” que se estabelece como aproximação apenas. Percebeu-se, no entanto, que a “potencialização da normalização da desigualdade” é o que tem gerenciado esta relação.

A igualdade de oportunidade superou e supera a igualdade social, mostrando que o conteúdo das políticas sofreu uma alteração de substância. O que acontece é que, na

América Latina, as políticas da Educação estavam num processo de modificação e alteração, o que significa que os mecanismos administrativos e pedagógicos tiveram seus princípios focados no mercado e na lógica privada. O que preocupa é como (re)configurar o sistema social em que vivemos, tendo em vista a possibilidade da recuperação da igualdade social e da Democracia.

## REFERÊNCIAS

ARGENTINA. **Ley Federal de Educación**. Consejo Federal de Cultura y Educación. Buenos Aires: McyE, 1993.

AZEVEDO, M. L. N. **A universidade Argentina em tempos Menemistas**: reformas, atores sociais e a influencia do Banco mundial. São Paulo: Editora???, 2001.

AZEVEDO, M. L. N.; CATANI, A. M. **Universidade e neoliberalismo**: o Banco Mundial e a reforma universitária na Argentina (1989-1999). Londrina: Práxis, 2004.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BUENOS AIRES. **Diseño Curricular para la Educación Inicial**. Marco General. Dirección de Currículo. Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires. Secretaría de Educación. Municipalidad de la Ciudad de Buenos Aires, Dirección General de Planeamiento. Buenos Aires, 2000.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, F. et al. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

CTERA. **Las Reformas Educativas del Cone Sur**. Buenos Aires: CTERA, 2005.

DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique. O imperialismo na era neoliberal. **Crítica Marxista**, Campinas, n.18, p.11-36, maio 2004.

DUPRAT, Hebe San Martín. **El Nivel Inicial ante la implementación de la Ley Federal de Educación**. Buenos Aires: Revista Novedades Educativas, 1996.

ECHENIQUE, Mariano. **La propuesta educativa neoliberal Argentina (1980-2000)**. Rosário: Homo Sapiens, 2003.

LÊNIN, V. **Imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Alfa- Omega, 1986.

MAZZUCHELLI, F. A Contradição em Processo: o capital e suas determinações conceituais constitutivas. In: \_\_\_\_\_. **A Contradição em Processo**: o capitalismo e suas crises. São Paulo: Brasiliense, 1985. p.15-78.

NETTO, J. P. As Condições Histórico-Sociais da emergência do Serviço Social. In: \_\_\_\_\_. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2006. p.15-51.



PAULANI, Leda Maria. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lucia Maria Wanderlei (Org.). **Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; EPSJV, 2006. p.67-107.

SILVA, E. G. **O Banco Mundial e a cidade de Buenos Aires**: apontamentos sobre as Políticas curriculares para a Educação Inicial da Década de 1990. 2007. **271** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2007.

SIMÓN, J.; MERODO, A. Apuntes sobre el proceso de (des)centralización educacional em la Argentina. Del Estado Prestador de servicios al Estado Regulador. In: OLIVEIRA, D. (Org.) **Gestão Democrática da Educação**: desafios contemporâneos. Petrópolis: Vozes, 1997. p.141-173.

TOUSSAINT, Eric. **A bolsa ou a vida**. A dívida externa do Terceiro Mundo: as finanças contra os povos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.